

Reformas estruturais são o caminho, diz Ricardo Amorim

“Ainda há um longo percurso a ser trilhado para o País surfar na onda de crescimento”

SIMONE CAVALCANTI
SÃO PAULO

A economia mundial deve ainda passar por alguns ajustes, mas para os próximos 20 anos desenha-se um cenário de céu de brigadeiro. Resta ao Brasil fazer as reformas estruturais necessárias, reduzindo o tamanho do Estado, para conseguir aproveitar essa oportunidade única do desenvolvimento sustentado.

Em entrevista exclusiva para este jornal, Ricardo Amorim, diretor de Estratégia para América Latina do banco WestLB, ressalta que, a despeito dos avanços obtidos no âmbito macroeconômico, como a melhora do perfil da dívida pública e das contas externas, a consolidação do regime de metas de inflação e da formação do superávit primário, ainda há um longo caminho a ser trilhado para que o País obtenha realmente uma estrutura saudável para surfar na onda de crescimento que se avizinha nas próximas décadas. “O ajuste fiscal ainda está capenga”, diz. Veja abaixo os principais pontos da entrevista de Amorim.

Gazeta Mercantil - Quais as perspectivas futuras para a economia mundial?

Ricardo Amorim - Existem algumas tendências muito favoráveis ao Brasil e aos países latino-americanos, ao contrário do que ocorreu nas últimas décadas.

Por parte da Ásia há atualmente a exportação muito barata de produtos, serviços e capital. A parte de produtos está relacionada com a China; a de serviços principalmente ligada à Índia (call centers e outsourcings). Produtos e serviços mais baratos têm contribuído para trazer a inflação mundial para baixo.

Além disso, esses países têm uma tendência a poupar muito maior por questões culturais, religiosas e históricas. Essa poupança e a questão da inflação menor fazem com que a taxa de juros mundial hoje seja muito mais baixa do que a registrada no passado. Isso para países como o Brasil é extremamente favorável.

Gazeta Mercantil - O preço

do petróleo no mercado internacional não influi neste panorama de inflação? O problema é a tendência de alta...

Amorim - É um ótimo exemplo. Toda vez que a cotação do petróleo sofreu fortes elevações no passado sempre houve forte desaceleração econômica. A escalada do preço levava a um aumento de inflação e, por sua vez, exigia aumento de juros e isso levava à desaceleração. Desta vez isso não ocorreu porque está sendo mais do que compensado pela exportação de produtos e serviços baratos da Ásia. Apesar da alta na cotação das commodities, incluindo o petróleo, não está havendo elevação significativa da inflação mundial. Pelo contrário, a inflação nos últimos quatro anos, contando 2006, está nos patamares mais baixos já vistos na história do mundo. Com o cenário de taxa de juro mundial mais baixa por um período longo, por conta desta questão deflacionista, e preços de commodities mais altos também por um período maior, é uma oportunidade única. Esse é exatamente o ponto. A questão é quanto o Brasil terá capacidade de aproveitar essa oportunidade para se desenvolver.

Gazeta Mercantil - E o Brasil tem condição de aproveitar essas oportunidades?

Amorim - O País fez alguns ajustes macroeconômicos que são muito significativos, como a eliminação da parcela indexada ao câmbio da dívida pública



Amorim: “É preciso investir em educação”

ca. Outra questão positiva é a consolidação do regime de metas de inflação. Neste ponto, especificamente em 2005, o País passou por um processo de desinflação mais significativo do que o resto do mundo. A inflação começou a convergir para parâmetros aproximados da média mundial e, por conta disso, nos próximos anos não teremos que fazer esforços adicionais de desinflação. Isso é uma das razões pelas quais, junto com a melhora do perfil da dívida e o fato de que a relação entre dívida e PIB parou de crescer, que acho que o processo de queda das taxas de juros continuará pelos próximos anos. Isso levará o juro nominal brasileiro, finalmente, a um dígito no final do mandato do próximo governo ou um pouco mais para frente, dependendo de como as coisas evoluírem. Outra coisa é que houve uma melhora muito substancial das contas externas brasileiras exatamente por conta do cenário mundial mais favorável e isso continuará no longo prazo, inclusive com mais movimento de apreciação do real, em termos reais, também no longo prazo. A tendência de curto prazo é contrária, mas vai durar alguns meses até dois anos, e deve ser revertida.

Gazeta Mercantil - Se a parte macroeconômica vai bem...

Amorim - O problema é a parte microeconômica, onde não se avançou praticamente nada. O Brasil tem um mal que não foi resolvido que é o tamanho do setor público. Isso é terrível porque, ainda que eu ache que a ta-

xa de juros cairá, será muito mais lentamente do que poderia ser caso houvesse um superávit primário ainda maior que colocasse a razão dívida/PIB em uma trajetória de redução mais rápida. Como o governo arrecada e cobra impostos demais, a empresa brasileira compete em situação de desigualdade com o resto do mundo. É uma situação que não deve mudar, o que fará o Brasil continuar crescendo menos do que poderia, o que significa ficar atrás do resto do mundo como nos últimos 25 anos. Enquanto o mundo, em média, cresceu 5% nos últimos anos, o Brasil seguiu com 2,5%, abaixo até do percentual médio da América Latina.

Gazeta Mercantil - Seria preciso reduzir o tamanho do Estado, a começar pelo quê?

Amorim - Em primeiro lugar, a redução de gastos com salários e aposentadorias do funcionalismo público teria que ser muito significativa. Aliás, essa medida recente do (presidente) Lula do aumento pesado para o salário mínimo e, pior ainda, o reajuste recente para o funcionalismo, vão exatamente na direção contrária do que estou dizendo. Não parece que criaremos condições para resolver esses gargalos. Se o governo tivesse menos despesas com gastos correntes sobriaria dinheiro para aumentar investimento em infra-estrutura. Em segundo lugar é preciso fazer mais investimentos na área social. Se isso não for feito o risco de que acabemos com uma Heloísa Helena ou alguma coisa do gênero na Presidência é real. A chance de ter um presidente muito mais populista do que o Lula sendo eleito no futuro, se não acontecerem investimentos pesados na área social ao longo dos próximos anos, é bastante grande.

Gazeta Mercantil - Investimento social é educação ou o Bolsa-Família?

Amorim - Passa pelas duas coisas. Educação é fundamental. Hoje, o Brasil é competitivo no que depende de terras e está relacionado à questão das commodities. Pode até ser que essa situação dure 20 anos, mas continua não sendo para sempre. Esses 20 anos são um período que temos para investir pesado em educação para que, na hora em que o cenário virar, possamos ter condições de ser competitivos com mão-de-obra qualificada. É o exemplo da Embraer, uma empresa altamente competitiva, cujo investimento foi grande e por um período longo. Isso criou condições para hoje existir uma empresa como a Embraer. É preciso fazer isso nas mais diversas áreas, mas é um processo lento. A questão é que hoje temos condições de fazer e precisamos fazer porque, a qualquer momento, as condições favoráveis da economia mundial vão acabar. Em uma hora o processo de industrialização dos países asiáticos termina e, quando isso acontecer, haverá uma tendência de longo prazo de queda do preço de commodity.

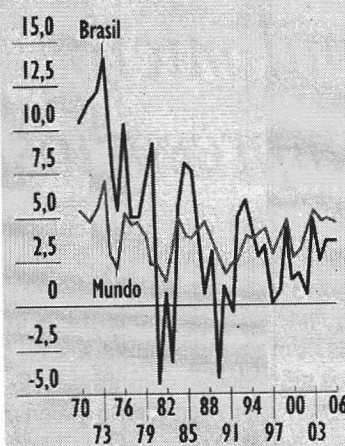
Gazeta Mercantil - Há disposição de fazer esse investimento por parte dos candidatos à Presidência da República?

Amorim - Não parece que haja um projeto de longo prazo por parte dos candidatos ou quem quer que seja, um projeto de construção e aproveitamento destas oportunidades para fazer o que deve ser feito. É pior: mesmo que houvesse é preciso saber se há condições políticas para implementar isso. É só ver o ritmo lento de avanço das reformas, como da Previdência e da Tributária. E um dos problemas é que a crise política do ano passado tirou do foco da discussão qualquer tipo de pro-

BRASIL FICANDO PARA TRÁS

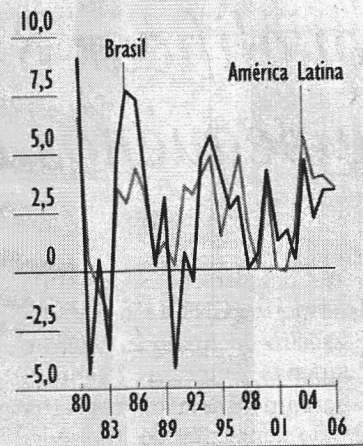
Crescimento do PIB (em %)

BRASIL X MUNDO



Fontes: FMI, IBGE, WestLB, EM Strategy

BRASIL X AMÉRICA LATINA



posta de melhora estrutural do País. Tudo que passou a ser discutido envolvia a corrupção. Perdemos tempo para avançar nessas medidas importantes.

Gazeta Mercantil - Justamente por isso pode-se dizer que o ajuste brasileiro está capenga?

Amorim - O ajuste é capenga sim. No debate sobre as reformas estruturais, nós retrocedemos. A questão do aumento da rigidez fiscal é outro ponto. Hoje o governo gasta demais com algumas coisas que não são “comprimíveis” se houver uma necessidade e isso até aumentou em função desses reajustes salariais ao funcionalismo.

Gazeta Mercantil - E também a vinculação de recursos da União, cada vez maiores...

Amorim - Exatamente. É mais do que a extensão da Desvinculação de Recursos da União. O aumento de aposentaria e de salário do funcionalismo público são medidas que não só elevam as despesas este ano, mas daqui para frente, pois não há como reduzir os salários no futuro. Em termos práticos, nos próximos anos, a parcela que será gasta com isso aumentou, dando mais rigidez ao Orçamento.

“O problema é a parte micro, onde não se avançou. O Brasil tem um mal que não foi resolvido: o tamanho do setor público”

Gazeta Mercantil - Por onde o governo deveria começar?

Amorim - Deveria haver uma redução pesada no número de pessoal, pois, em parte, o salário de algumas funções está bem acima dos níveis nacionais. O governo, historicamente, — e esse governo até mais do que outros — faz pseudop política social com salário e aposentadoria do funcionalismo. Seria como se o objetivo fosse pagar para funções que são menos bem pagas pela iniciativa privada. Mas, com isso, há uma concentração de renda e, não distribuição de renda. Isso não é política social, muito pelo contrário.

Gazeta Mercantil - E a questão da aposentadoria?

Amorim - O regime de aposentadoria do setor público tinha que ser absolutamente o mesmo do setor privado. Não há justificativa moral para que o aposentado público receba integralmente o salário e que o da iniciativa privada tenha um limite de dez salários mínimos. A regra tem de ser a mesma para todo mundo e financeiramente sustentável, coisa que, na realidade, nenhuma das duas é. Mas o déficit do setor público é imensamente maior para uma quantidade de beneficiários que é 20 vezes menor.

Gazeta Mercantil - A saída seria privatizar a Previdência, como fez o Chile?

Amorim - O problema é que já perdemos a chance desta privatização. Tinha de ter sido feita com o dinheiro das privatizações da década de 90. O problema é fazer a transição para o sistema chileno, onde cada um contribuiu para sua conta de aposentadoria. No sistema brasileiro quem está trabalhando hoje paga para quem já se aposentou. Quem vai pagar as apo-

sentadorias hoje se o sistema mudar? Uma forma seria ter usado à época o dinheiro das privatizações para tapar este buraco. Só que isso não foi feito e para fazer essa transição hoje é muito mais complicado.

Gazeta Mercantil - Então o que é viável?

Amorim - Uma grande redução dos benefícios tem que acontecer. Hoje estamos fazendo uma transferência de renda entre a geração que está no mercado de trabalho para a aposentada. Na prática, a nossa geração não terá os benefícios que se têm agora porque eles já são insustentáveis. Socialmente, essa política é totalmente injusta. A vinculação do salário mínimo com a aposentadoria do INSS e aquelas com valores integrais — o que é muito mais sério — são concentradoras de renda na parcela da população mais velha, que na realidade é onde se tem menor propensão ao consumo e estímulo macroeconômico, o que não resolve o problema social, pelo contrário. Se não conseguirmos lidar com isso seriamente não será possível mudar a cara do País. Podemos melhorar marginalmente e, se não mudarmos, não cresceremos 7% nunca.

Gazeta Mercantil - O que seria factível fazer?

Amorim - Uma das coisas que é bem real e não está sendo feita é que o governo conseguiu aprovar uma reforma da Previdência e ainda falta regulamentar o novo regime de aposentadoria do funcionalismo público. Agora, pós-eleição, há condições para a independência do Banco Central, que ajudaria a reduzir a taxa de juros no Brasil, e uma elevação do superávit primário que jogue a trajetória da dívida pública para uma queda significativa e isso ajudaria também na redução do juro, em maior crescimento e mais geração de emprego. Há coisas que são realistas e que podem ser feitas, que estão na direção certa e ajudariam a acelerar crescimento, a gerar emprego e criar condições para melhor distribuição de renda no Brasil. Existem coisas factíveis para fazer, mas se elas vão acontecer tenho dúvidas. Principalmente, porque sempre em segundo mandato, é mais complicada a relação com a oposição e, por causa das questões relacionadas à corrupção, essa relação pode ser pior ainda.

Gazeta Mercantil - Para quanto deveria ser elevado o superávit primário?

Amorim - Uma coisa é o que eu acho e outra é o que daria para fazer. Se chegar a 5% do PIB eu me daria por satisfeito. Agora, o que deveria fazer é elevar para 7% do PIB.

Gazeta Mercantil - Mas do jeito que é a estrutura brasileira para a formação desta economia, logo o governo teria que aumentar os impostos...

Amorim - Aí é que está. Tem de ser feito pelo corte de gastos. Não tem que ser feito via aumento de impostos porque assim não resolve. Aí deixa como está porque vai tentar resolver um problema e vai criar outro. A questão é que não deveria ter aumentado os gastos que foram elevados agora, exatamente para ter condições de cortar as despesas.